

**CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NOSSA SENHORA DAS MERCÊS DE
CARVALHAL BENFEITO**



DEMONSTRAÇÕES DE RELATO FINANCEIRO SNC - ESNL

ANEXO

RELATO FINANCEIRO DO ANO ECONÓMICO DE 2020

31-12-2020



NOTAS

1 - IDENTIFICAÇÃO

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL NSRA MERCÊS CARVALHAL BENFEITO é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, Tipo Centro Paroquial, com o NIF - 504 933 264 e o NISS - 200102803349, com sede na Rua D. Gastão, Nº 2 R/C - 2500 - 404 Carvalhal Benfeito, freguesia de Carvalhal Benfeito concelho de Caldas da Rainha, Portugal, tendo sido constituída em 01-01-2002. A sua atividade principal é Atividades de Apoio Social para pessoas Idosas sem alojamento (CAE- 88101). O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS opera em freguesia de Carvalhal Benfeito.

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS é uma Instituição independente não sendo participada por qualquer sociedade mãe e não participa no capital de outras entidades.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o CENTRO PAROQUIAL opera, logo a moeda funcional.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Direção. Sendo opinião da Direção que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações do CENTRO PAROQUIAL, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa. Vão também ser apresentadas, para elaboração de parecer ao Conselho Fiscal do Centro Paroquial.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Referencial contabilístico

As políticas e as estimativas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Imparidade de Ativos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.



A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende:

- O seu preço de compra;
- Quaisquer custos, diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida;
- Sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método (... indicar método: método da linha reta, o método do saldo decrescente; o método das unidades de produção; outro) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável de um ativo é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.



Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos fixos tangíveis.

Instrumentos financeiros

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- Ao custo menos perda por imparidade;
- Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade

Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, empréstimos concedidos, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos. São também mensurados ao custo menos perda por imparidade os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão

Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser



revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas. "

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em ativos financeiros.

Outras contas a receber

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, no termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em outras contas a receber.

Inventários

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda. A técnica de mensuração do custo de Inventários é ao custo.



Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo histórico.

O CENTRO PAROQUIAL não reconheceu no período do relato nenhuma imparidade em inventários.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.

Reconhecimento de gastos e perdas e de rendimentos e ganhos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando:

- São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para o CENTRO PAROQUIAL;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.



As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

O CENTRO PAROQUIAL não fez no período do relato vendas de bens

Prestação de serviços

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando:

- A quantia de rédito seja fiavelmente mensurada;
- Seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa/Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

No CENTRO PAROQUIAL As prestações de serviços incluem: Mensalidades, quotizações e serviços secundários.

Juros, royalties e dividendos

O rédito proveniente do uso de ativos que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a Empresa;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada. O rédito proveniente do uso desses ativos é reconhecido nas seguintes bases:
 - Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo;
 - Os royalties são reconhecidos num regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante;
 - Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Entidade (enquanto acionista) de receber o pagamento, exceto nas associadas em que o rédito corresponde ao resultado atribuível à participação.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos correntes (Depósitos Bancários), pois não tem royalties nem dividendos.

Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.



Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

Custos com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

Passivos contingentes e ativos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como:

- Obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade;



- Obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

O CENTRO PAROQUIAL no período do relato apenas reconheceu juros de ativos, pois não tem royalties nem dividendos.

Juízos de valor, estimativas e pressupostos críticos

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis: a determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de amortização;
- Imparidade de dívidas a receber;
- Justo valor dos instrumentos financeiros.



4 - FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes - quantias escrituradas e movimentos do exercício	31-12-2020				31-12-2019			
	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Caixa	1.191	89.821	90.584	428	1.017	116.835	116.661	1.191
Depósitos à ordem	25.949	515.343	498.152	43.140	27.501	518.916	520.468	25.949
Outros depósitos bancários	41.000	34		41.034	17.250	23.750		41.000
Total de caixa e depósitos bancários	68.140	605.198	588.736	84.602	45.768	659.501	637.129	68.140
dos quais: depósitos bancários no exterior								-

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 existiram recebimentos e pagamentos conforme detalhado na demonstração de fluxos de caixa.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:



Ativos fixos tangíveis	31-12-2020										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.250	39.379	116.953	7.987		2.362			306.931
Depreciações acumuladas iniciais			128.937	39.206	85.822	7.987		2.362		n.a.	264.314
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	128.937	39.206	85.822	7.987	-	2.236	-		264.314
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	11.314	172	31.131	0	-	-		-	42.617
Movimentos do período	-	-	(7.204)	913	(3.813)		-	-		-	(10.104)
Total das adições	-	-		1.112			-	-		-	1.112
Aquisições em 1ª mão				1.112							1.112
Outras											
Total das diminuições	-	-	7.204	199	3.813		-	-		-	11.216
Depreciações			7.204	199	3.813			-		n.a.	11.216
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)											
Quantia líquida escriturada final	-	-	4.109	1.086	27.318	0	-	0		-	32.513
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	40.491	116.953	7.987	-	2.362		-	308.043
Depreciações acumuladas finais	-	-	136.141	39.405	89.635	7.987	-	2.362	-		275.530
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	136.141	39.405	89.635	7.987	-	2.362	-	-	275.530



Ativos fixos tangíveis	31-12-2019										
	Bens do domínio público	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento Administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos por conta de AFT	Total
Quantia bruta escriturada inicial			140.250	39.379	116.953	7.987		2.362			306.931
Depreciações acumuladas iniciais			121.733	38.959	78.734	7.987		2.362		n.a.	249.774
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas iniciais	-	-	121.733	38.959	77.734	7.987	-	2.236	-		249.774
Quantia líquida escriturada inicial	-	-	18.517	420	38.219	0	-	-		-	57.156
Movimentos do período	-	-	(7.204)	(248)	(7.088)		-	-		-	(14.539)
Total das adições	-	-					-	-		-	
Aquisições em 1ª mão											
Outras											
Total das diminuições	-	-	7.204	248	7.088		-	-		-	14.539
Depreciações			7.204	248	7.088			-		n.a.	14.539
Abates										n.a.	
Outras (Transferências para edifícios)											
Quantia líquida escriturada final	-	-	11.314	172	31.131	0	-	0		-	42.617
Quantia bruta escriturada final	-	-	140.250	39.379	116.953	7.987	-	2.362		-	306.931
Depreciações acumuladas finais	-	-	128.937	39.206	85.822	7.987	-	2.362		-	264.314
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas finais	-	-	128.937	39.206	85.822	7.987	-	2.362		-	264.314



No ano do relato não foi adquirido qualquer ativo fixo.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Vida Útil	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5 e 10
Equipamento administrativo	5 e 6
Equipamentos biológicos	
Outros ativos fixos tangíveis	8

Dentro de alguns itens existem mais de que uma taxa de depreciação, feito com base na tabela geral de depreciações e da vida útil estimada.

As depreciações do exercício, no montante de 11 215.63 Euros em 31 de Dezembro de 2020, foram reconhecidas em resultados, na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização. O seu valor é inferior ao do ano anterior devido ao fim de depreciação de alguns ativos.

Não foram reconhecidas Imparidades em Ativos Fixos Tangíveis.

O Valor Correspondente a Ativos Financeiros diz respeito ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) sendo de 1 58.63€ em 2020 e de 1 263.47€ em 2019.

6 - INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, os inventários têm a seguinte composição.



Inventários	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	888		888	576		576
Produtos acabados e intermédios			-			-
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			-			-
Produtos e trabalhos em curso			-			-
Ativos biológicos			-			-
Adiantamentos por conta de compras			-			-
	888	-	888	576	-	576
Com titularidade restringida:	-	-	-	-	-	-

A variação dos inventários no período do relato encontra-se dentro dos valores dos anos anteriores.

Não há perdas por imparidade no período do relato nem em anos anteriores.

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é assim decomposto:



Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	31-12-2020					31-12-2019				
	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total	Mercadorias	Mat. Primas e subsidiárias	Ativos biológicos	Materiais de consumo	Total
Inventários iniciais		576			576		533			553
Compras		49.824			49.824		55.463			55.463
Reclassificação e regularização de inventários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências para propriedades de investimento					-					-
...					-					-
...					-					-
Inventários finais		888			888		576			576
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-	49.512	-	-	49.512	-	55.440	-	-	55.440

No ano do relato de referir uma diminuição do consumo de mercadorias em relação aos anos anteriores, principalmente devido a uma menor atividade durante alguns meses devido à Covid-19 e à não realização de algumas atividades extra para angariações de fundos.

7 - CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica créditos a receber decompõe-se da seguinte forma:



Créditos a receber	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Cientes, conta corrente						
Gerais			-			-
Utentes	362		362	994		994
Cientes - títulos a receber						
Gerais			-			-
Utentes			-			-
Outros			-			-
---			-			-
	362	-	362	994	-	994

No final do período de relato a conta clientes/ utentes reflete na sua maior parte a dívida de alguns utentes, referentes ao mês de Dezembro que só foram pagos em Janeiro seguinte, com um valor inferior ao do ano anterior.

8 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

	Estado e outros entes públicos	31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Outros impostos			
Passivo			
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas			
Retenção de imposto sobre o rendimento		547	392
Imposto sobre o valor acrescentado			
Contribuições para a Segurança Social		4.395	4.507
Tributos das autarquias locais			
Outros (FCT)		40	47
		4.982	4.946

Durante o período de relato a rubrica estado e outros entes públicos reflete os passivos respeitantes à retenção do imposto sobre o rendimento, categoria A e B e contribuições para



a Segurança Social e FCT/FGCT respeitantes ao mês de Dezembro de 2020, a pagar em Janeiro de 2021.

9 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica outros ativos correntes decompõe-se da seguinte forma:

Outros ativos correntes	31-12-2020			31-12-2019		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Pessoal						
Devedores por acréscimos de rendimentos						
Créditos fornecedores	135		135			
Outros Credores	3.014		3.014	1.382		1.382
...			-			-
...			-			-
			-			-
	3.149	-	3.149	1.382	-	1.382

No período do relato a rubrica reflete o valor respeitante ao não recebimento do pagamento pela Junta de Freguesia da verba respeitante ao Protocolo de dezembro a receber em janeiro do 2021 e ao valor a receber do ISS respeitante a 50% da candidatura Adaptar Social +, para aquisição de bens e serviços no âmbito proteção e mitigação dos contágios devido à pandemia do Covid-19.

10 - DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:



Diferimentos	31-12-2020	31-12-2019
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer	2.088	2.136
	2.088	2.136
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos	3.805	2.996
	3.805	2.996

No período do relato a rubrica no ativo reconhece pagamento de gastos respeitantes a seguros e outras despesas a reconhecer no ano económico de 2021, e no passivo o recebimento de uma verba do IEPF de um estágio cujo gasto vai ocorrer em 2021.

11 - CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Caixa e depósitos bancários	31-12-2020	31-12-2019
Depósitos à ordem	43.140	25.949
Outros depósitos bancários	41.034	41.000
Numerário	428	1.191
....		
	84.602	68.140

No ano do relato, verificou-se um aumento neste item, em parte devido ao maior recebimento de utentes e menos pagamentos ao pessoal, por outro lado verificou-se uma subida dos pagamentos a fornecedores. Verificou-se uma melhoria do resultado do período, apesar das condicionantes da pandemia, em parte também compensado pelas ajudas do ISS de apoio à economia. Para maior detalhe ver mapa de Fluxos de caixa.



12 - IMPARIDADE DE ATIVOS

O CENTRO PAROQUIAL no ano do relato e outros anteriores não reconheceu imparidades em ativos.

13 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os fundos do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS são compostos por:

Fundos, Reservas e Resultados Transitados	31-12-2020	31-12-2019
Fundo Social	15 000.00€	15 000.00€
Resultados Transitados	49 517.20€	56 629.16€
Outras Variações (Subsídios)	12 766.72€	16 174.43€

No ano do relato a variação na rubrica fundos patrimoniais reflete:

- Resultados transitados - incorporação do resultado ano económico anterior;
- Outras variações patrimoniais (subsídios) - reflete os subsídios recebidos da Junta de Freguesia e do Município das Caldas da Rainha, e da Seg. Social, em 2015, e do novo subsídio da junta de freguesia e do município para a nova viatura em 2018, dos quais foi imputado no ano a resultados o valor de 3.407.71€ pela depreciação dos ativos.

14 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONAOS COM ATIVOS

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não beneficiou de subsídios ao investimento no decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

Os subsídios recebidos em períodos anteriores são:

- Da Junta de freguesia para aquisição de viatura no valor de 1 500.00€ no ano de 2018;
- Da Câmara das Caldas para aquisição de viatura no valor de 15 252.00€ no ano de 2018;
- Subsídio da Seg. Social - Aquisição de 1 viatura - 12 094.00€ no ano económico de 2015;
- Da Junta da Freguesia - Aquisição de 1 viatura - 1 500.00€ no ano económico de 2015;
- Subsídio da Câmara Municipal de Caldas da Rainha - Obras Centro de Dia - 6889.11€, no ano económico de 2012.



15 - FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	31-12-2020		31-12-2019	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos obrigacionistas:				
Empréstimos bancários:				
Viatura 39-MJ-41	0		0	
	0	-	0	-
Descobertos bancários				
	-	-	-	-
Locações financeiras				
Outros empréstimos obtidos:				
	-	-	-	-
	0	-	0	-

No ano do relato e no ano anterior não foram contraídos quaisquer empréstimos.

16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de fornecedores decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedores	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores c/c		
Gerais	6.553	10.367
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - títulos a pagar		
Gerais		
Outras partes relacionadas		
Fornecedores - facturas em recepção e conferência		
Outros		
	6.553	10.367



No ano do económico do relato a rubrica fornecedores, registou uma descida em relação aos anos anteriores, sendo respeitantes a custos suportados/contabilizados referentes a alguns de Novembro e Dezembro de 2020 e que vão ser regularizados no ano económico de 2021.

17 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica outras contas a pagar decompõe-se da seguinte forma:

Outros passivos correntes	31-12-2020	31-12-2019
Utentes		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
Financiamentos obtidos - participantes de capital		
Financiamentos obtidos - subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		
Credores por acréscimos de gastos	35.503	18.103
Adiantamentos por conta de vendas		
Outros devedores e Credores		4
	35.503	18.107

Os valores referentes a estes itens tiveram uma subida. O Item credores por acréscimo de gasto tiveram uma subida porque passou-se a considerar o gasto referente aos encargos com férias e com o subsídio de férias, sendo que anteriormente apenas se considerava o valor de uma remuneração mensal e passou a considerar-se duas remunerações mensais.

18 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica as vendas e prestações de serviços são assim decompostas:



Rédito das vendas e dos serviços prestados			31-12-2020	31-12-2019
Vendas	Mercado Interno		
Prestações de Serviços	Quotizações Mercado Interno	Quotas dos Utilizadores - Mensalidades Utentes	138.267	124.185
		Serviços Secundários	7.516	15.107
			
Contratos de construção			145.783	139.992
Total			145.783	139.292

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não faz vendas, apenas faz prestações de serviços aos seus utentes os valores referidos no quadro anterior são divididos pelas suas valências do seguinte modo:

	2020	2019
CENTRO DE DIA	39 641.40€	46 669.50€
APOIO DOMICILIÁRIO	106 141.45€	92 622.25€

No ano económico do relato verificou-se um aumento desta rubrica, apesar de todas as condicionantes pandémicas, tendo-se verificado um aumento do número médio dos utentes no apoio domiciliário. No entanto no Centro de dia, verificou-se uma descida média de utentes ao longo do ano, também muito por efeitos da pandemia e por a atividade ter deixado de ser presencial desde meados de março até meados de Setembro, passando estes serviços a ser feitos ao domicilio dos utentes. Após Setembro apenas foi permitida uma atividade condicionada com um número reduzido de utentes a frequentarem o Centro de dia.

19 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS beneficiou dos seguintes subsídios à exploração no decorrer dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019:



Subsídios, doações e legados à exploração	31-12-2020	31-12-2019
Do Estado e outros entes públicos		
Centro Regional Segurança Social	159.920	130.108
Autarquias -	10.273	8.036
Instituto do Emprego e Formação Profissional	6.592	7.086
Protocolo Junta de Freguesia	47.150	58.097
Outras		
De outras entidades		
Doações e heranças	2.348	
Legados		
Total	226.283	203.327

Os valores apresentados no quadro anterior foram subdivididos pelas diversas valências do seguinte modo:

	2020	2019
CENTRO DE DIA	37 766.30€	22 534.84€
APOIO DOMICILIÁRIO	141 366.19€	122 695.79€

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS tem protocolos com o Instituto de Segurança Social para os serviços de apoio social que presta aos seus utentes, sendo:

- Apoio domiciliário - 35 utentes;
- O Centro de dia - a partir de Maio de 2015 passou a ter protocolo para 12 utentes.
- O subsídio do IEFP refere-se a estágios profissionais.

O item referente a autarquias refere-se a uma comparticipação para as despesas da ETAR e outras despesas e com o subsídio anual atribuído pela Câmara Municipal das Caldas da Rainha à entidade e também da Junta de Freguesia. Foi também atribuída uma verba para as despesas na participação no desfile de Carnaval.

O item referente ao Protocolo Junta de Freguesia teve um valor inferior ao ano anterior, por redução de uma funcionária e por estarem encerradas as atividades de infância/escolas durante alguns meses devido à pandemia.

Também no âmbito da pandemia, o ISS lançou novos subsídios Covid-19, que a instituição se candidatou, nomeadamente: apoio à família; Adaptar Social+; Programa MARRES e domiciliação do Centro de Dia, no valor total de 22 912.47€.



20 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica fornecimentos e serviços externos são assim decompostos:

Fornecimentos e serviços externos		31-12-2020	31-12-2019
Subcontratos			
Serviços especializados			
	Trabalhos especializados		3.129
	Publicidade e propaganda	27	
	Vigilância e segurança	6.604	633
	Honorários	3.125	5.020
	Conservação e reparação	8.021	5.208
	Outros		
Materiais			
	Ferramentas e utensílios de desg. rápido	5.034	11.960
	Livros e documentação técnica		
	Material de escritório	1.673	1.041
	Artigos para oferta	874	190
	Encargos com saúde dos utentes	117	103
	Outros	2.430	2.605
Energia e fluidos			
	Eletricidade	8.238	10.931
	Combustíveis	6.364	9.701
	Água	240	784
	Gás	2.705	2.784
	Outros		
Deslocações, estadas e transportes			
	Deslocações e estadas	12	283
	Outros		
Serviços diversos			
	Comunicação	2.289	2.648
	Seguros	3.532	3.720
	Contencioso e notariado	172	25
	Limpeza, higiene e conforto	4.199	5.610
	Outros serviços	20	479
		55.676	66.844

No período do relato no item fornecimentos e serviços externos, verificou-se uma descida do valor total dos gastos, devido em parte à não contabilização dos gastos com as atividades de angariação de fundos, no entanto verificou-se algumas subidas e descidas de alguns elementos, nomeadamente da rubrica vigilância e segurança, devido ao aumento dos gastos de proteção e minoração e redução de riscos de contágio devido à pandemia de Covid-19.



21 - GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Gastos com o pessoal		31-12-2020	31-12-2019
Remunerações dos órgãos sociais			
	Das quais: Participação nos lucros		
Remunerações do pessoal		214.522	201.731
	Das quais: Participação nos lucros		
Benefícios pós-emprego		-	-
Indemnizações			
Encargos sobre remunerações		42.721	45.061
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais		5.282	5.009
Gastos de ação social			
Outros gastos com pessoal		2.027	456
	Dos quais:		
	Indemnização despedimento	1.376	
	Gastos com formação		
	Saúde e Segurança no trabalho	651	456
	Gastos com fardamento		
	Outros		
		264.552	247.268

A composição e remunerações dos Órgãos Diretivos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 foram as seguintes:

Remunerações dos Órgãos Diretivos	31-12-2020	31-12-2019
Composição dos órgãos diretivos		
Direção / 5 membros	0	0
Conselho Fiscal / 3 membros	0	0
...		

Os órgãos diretivos do CENTRO PAROQUIAL não são remunerados, pelos seus serviços.

O número médio de pessoas que colaboraram com o C. SOC. PAROQUIAL MERCÊS no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e em 31 de Dezembro de 2017 foram de:

- Trabalhadores remunerados - 22/23 em 2020 e, de 22 no ano de 2019;
- Órgãos Diretivos, não remunerados - 8 em 2020 e 2019.



Verificou-se um aumento do valor deste item, em função do aumento do valor com indemnizações, do aumento do salário mínimo e respetivas repercussões nas outras carreiras na 2ª metade do ano e do valor do ajuste com estimativa de férias e subsídio de férias. Durante o ano de 2020 verificou-se estarem várias funcionárias de baixa, o que teria levado a uma diminuição do valor total de gastos de pessoal, no entanto nos anos anteriores a estimativa do gasto com férias e subsídio de férias e respetivos encargos tinha vindo a ser feito com base em apenas o equivalente a um mês de retribuição quando deveria ser de 2 meses de retribuição, o que foi feito este ano e assim, fez com que o valor total dos gastos com pessoal fosse maior do que o comparativo em relação ao ano anterior.

22 - OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica outros rendimentos são assim decompostos

Outros rendimentos	31-12-2020	31-12-2019
Rendimentos suplementares		
Royalties		
Serviços Sociais		
Outros rendimentos suplementares	1.435	27.758
Descontos de pronto pagamento obtidos	56	104
Recuperação de dívidas a receber		
Ganhos em inventários		
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros		
Diferenças de câmbio favoráveis		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros		
Rendas e outros rendimentos de propriedades de investimento		
Sinistros		
Alienações		
Rendimentos de juros (não relacionados com financiamentos)	33	
Excesso de estimativa para impostos		
Imputação de subsídios para investimentos	3.408	5.084
Ganhos em outros instrumentos financeiros		
Restituição de impostos	1.768	2.118
Outros		
Correções exercícios Anteriores	4	
Donativos		5.459
Outros não especificados	1.643	1.455
Total	8.347	41.978



No ano do relato existiu uma diminuição deste item, sendo que a mais acentuada foi em outros rendimentos suplementares (festas/filhos/tasquinhas), que devido à situação pandémica não se realizaram, verificou-se também uma descida dos subsídios ao investimento, pelo fim dos mesmos e de restituição de impostos. A rubrica “Outros não especificados” (Consignação IRS) foi similar e a Rubrica “Donativos” passou a ser considerado em “Doações e Heranças” (Nota: 19).

23 - OUTROS GASTOS

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica outros gastos são assim decompostos:

Outros gastos	31-12-2020	31-12-2019
Impostos/ taxas	948	1.275
Descontos de pronto pagamento concedidos		
Dívidas incobráveis		
Perdas em inventários		
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros		
Cobertura de prejuízos		
Gastos e perdas em investimentos não financeiros		
Gastos em propriedades de investimento		
Gastos de juros (não relacionados com financiamentos)		
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Correções relativas a períodos anteriores	1.027	1.181
Donativos		
Quotizações	130	130
Ofertas e amostras de inventários		
Insuficiência da estimativa para impostos		
Perdas em instrumentos financeiros		
Subsídios, donativos, bolsas de estudo		
Prestações a associados das mutualidades		
Capitais vencidos - associados das modalidades		
Prestações dos regimes profissionais complementares		
Rendas vitalícias - associados das mutualidades		
Prestações pecuniárias de cuidados de saúde		
Outros	292	43
	2.397	2.629

O valor desta rubrica foi similar em relação aos anos anteriores,



24 - GASTOS / REVERSÕES DE DEPRECIÇÕES E DE AMORTIZAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica gastos/reversões de depreciação e de amortização são assim decompostos:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2020	31-12-2019
Ativos fixos tangíveis		
Bens de domínio público		
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	7.204	7.204
Equipamento básico	199	248
Equipamento de transporte	3.813	7.088
Equipamento administrativo		
Equipamentos biológicos		
Outros ativos fixos tangíveis		
	11.216	14.539
Ativos intangíveis		
Gerados Internamente		
Com vida útil indefinida		
Com vida útil finita		
Outros ativos fixos intangíveis		
Com vida útil indefinida		
Com vida útil finita		
	-	-
Ativos Biológicos		
...		
	-	-
Propriedades de Investimento		
...		
	-	-
Total	11.216	11.362

No ano do relato verificou-se uma descida no total das depreciações dos ativos fixos tangíveis, em função do fim da depreciação de alguns ativos, nomeadamente viaturas.

25 - JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

No ano do relato não foram obtidos juros e rendimentos similares.

26 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS



Em 31 de Dezembro de 2020 e em 31 de Dezembro de 2019 os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	31-12-2020	31-12-2019
Juros suportados		
Empréstimos obrigacionistas:		
Financiamentos bancários	0	0
Descobertos bancários		
Locações financeiras		
Outros financiamentos		
Diferenças de câmbio desfavoráveis em financiamentos		
Perdas de participações de capital		
Perdas em instrumentos de cobertura associados a financiamentos		
Outros gastos de financiamento:		
Relativos a financiamentos obtidos		
Comissões e encargos similares		
Imposto do selo		
Outros financiamentos		
	0	0

No ano de relato e no anterior não houve empréstimos e por isso gastos de juros foi nulo.

27 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

No ano do relato o C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS reconheceu os itens de instrumentos financeiros pelo seu valor escriturado. Não tendo ativos financeiros mensurados a justo valor, nem utilizou a técnica de avaliação.

No período também não reconheceu nenhuma imparidade ou reversão de imparidade, também não reconheceu qualquer provisão ou passivos contingentes em ativos financeiros.

28 - RESULTADOS

A informação sobre as principais operações do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS, por atividade económica resume-se como segue:

RESULTADOS DO PERIODO POR ATIVIDADES/ VALÊNCIAS
31-12-2020

VALÊNCIAS	AP DOMICIL 2020	AP DOMICIL 2019	CENTRO DIA 2020	CENTRO DIA 2019	PROTOCOLO 2020	PROTOCOLO 2019	TOTAL 2020	TOTAL 2019	DIF 2020/2019
Vendas e prestações de serviços	106141,45	92622,25	39641,40	46669,50			145782,85	139291,75	6491,10
Subsídios, doações e legados à exploração	141366,19	122695,79	37766,30	22534,84	47150,49	58096,55	226282,98	203327,18	22955,80
ISS IP Centros Distritais	127918,41	113244,60	32001,30	16863,84			159919,71	130108,44	29811,27
Outros	13447,78	9451,19	5765,00	5671,00	47150,49	58096,55	66363,27	73218,74	-6855,47
Variação dos inventários da produção									
Trabalhos para a própria entidade									
Custo mercad vend. das mat. consumidas	33434,81	34760,50	8688,29	8941,00	7389,39	11738,94	49512,49	55440,44	-5927,95
Fornecimentos e serviços externos	39192,10	45063,23	13852,48	18148,00	2632,01	3633,13	55676,59	66844,36	-11167,77
Gastos com pessoal	174547,88	159731,84	52875,50	49800,00	37129,09	42724,48	264552,47	252256,32	12296,15
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)									
Imparidades dividas a receber (perdas/reversões)									
Provisões (aumentos/reduções)									
Provisões específicas (aumentos/reduções)									
Outras Imparidades (perdas/reversões)									
Aumentos/Reduções de justo valor									
Outros rendimentos e ganhos	5602,57	28183,31	2744,33	1379,80			8346,90	41978,11	-33631,21
Outros gastos e perdas	1610,95	1740,03	786,30	888,58			2397,25	2628,61	-231,36
Resultado antes de Depreciações Gastos									
 Financiamento e Impostos	4324,47	2205,75	3949,46	5221,56	0,00	0,00	8273,93	7427,31	846,62
Gastos/reversões depreciação e amortização	1958,96	4969,27	9256,67	9570,00			11215,63	14539,27	-3323,64
Resultado Operacional (antes Gastos									
 Financiamento e Impostos)	2365,51	-2763,52	-5307,21	-4348,44	0,00	0,00	-2941,70	-711,96	4170,26
Juros e rendimentos similares obtidos									
Juros e rendimentos similares suportados	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00	0,00
Resultado antes de Impostos	2365,51	-2763,52	-5307,21	-4348,44	0,00	0,00	-2941,70	-711,96	4170,26
Imposto sobre rendimento do período									
Resultado Líquido do Período	2365,51	-2763,52	-5307,21	-4348,44	0,00	0,00	-2941,70	-711,96	4170,26



O resultado final em 2020 foi de 2941,71€ negativos e em 2019 foi de 7 119.96€ também negativos, refletindo uma melhoria do resultado em 4170,26€.

Tendo o ano de 2020 sido um ano atípico, devido às implicações da pandemia de Covid-19, por um lado na atividade da instituição e na economia em geral, por outro nos cuidados a ter a nível sanitário e de proteção de trabalhadores e utentes.

Esta situação levou por um lado a ajustes na atividade, como por exemplo a domiciliação do apoio aos utentes de centro de dia, bem como a partir de meados de setembro numa redução de utentes em apoio de dia presencial na instituição. A pandemia levou também a que alguns utentes deixassem de ter os serviços da instituição, tendo alguns passado a pagar apenas a reserva de vaga e deixado de pagar as deslocações.

Por outro lado, houve um aumento de gastos com materiais de proteção e desinfeção para minimizar os riscos de contágio, embora tenha havido redução de alguns gastos ordinários.

Para minimizar os efeitos económicos da pandemia foram lançadas pelo governo via ISS alguns apoios dos quais a instituição beneficiou, nomeadamente: Apoio à família; Adaptar Social +; programa MARRES e domiciliação do Centro de Dia, o que minimizou os efeitos de parte da diminuição da atividade e principalmente do efeito de não se ter podido fazer atividades extra para angariação de fundos, o que levou a uma diminuição da rubrica de “Outros rendimentos”, mas também em contraponto a diminuição dos gastos com FSE e CMVMC.

Em 2020, os gastos com pessoal tiveram um aumento em grande parte devido a um ajustamento de 1 para 2 salários na estimativa de acréscimo de gastos com férias e subsídio de férias, porque embora tenha havido um aumento no salário mínimo e o consequente ajuste nos outros salários a partir de Julho, devido à existência em 2020 de várias funcionárias em baixa o valor expectável de gastos com pessoal seria muito menor. O valor de aumento no dito ajustamento foi de 19201,10€, pelo que o resultado comparativo com o ano anterior seria de 16259,40€ positivos.

Em 2020 verificou-se assim:

- Diminuição da receita: 4 181,31€;
- Diminuição da despesa: 8 354,57€
- A nível de disponibilidades monetárias (Caixa e equivalentes), verificou-se um aumento de 16 462,36€ tendo passado para 84 602,19€ tendo sido em 2019 de 68 139,83€, apesar das condicionantes da pandemia verificou-se uma melhoria das disponibilidades de tesouraria da instituição.

29 - DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMA LEGAL

O C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.



Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Informação sobre os movimentos nos fundos patrimoniais do C. SOC.PAROQUIAL MERCÊS ver NOTA 13 e 14.

30 - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

CC

Presidente da Direção
